

# JUNDIÁ, UM ENGENHO DE AÇUCAR NO VALE DO SIRIJÍ.

---

*MANUEL CORREIA DE ANDRADE*  
da Universidade Federal de Pernambuco.

## I

### INTRODUÇÃO.

Pode parecer estranho que se dê importância ao estudo de pequenas unidades como um engenho de açúcar, deixando-se muitas vezes de fazê-lo em relação a grandes e médias unidades como cidades ou municípios; que se analise o evoluir de uma unidade de produção, assimilando novas técnicas agrícolas e industriais e desenvolvendo culturas, quando ainda faltam estudos mais amplos sobre a evolução da economia estadual; que se analise a sucessão de proprietários de um engenho de açúcar que pouca expressão tinha na economia do Estado ou da região, quando faltam estudos sistemáticos sobre o Estado e a região; que se analise a atuação política dos proprietários, caudatários de parentes e amigos que desfilaram pelos postos administrativos e judiciários do país ou pelas Câmaras de Deputados e Senado, sem que a biografia destes tenha sido feita.

Na realidade, Pernambuco não possui uma história feita dentro das técnicas modernas, que descreva e interprete a sua evolução específica e a sua importância no desenvolvimento do país. Muitos dos seus líderes e governadores que atuaram e fizeram, dentro das condições de tempo e espaço em que viveram, obras de peso, como os Conselheiros João Alfredo Correia de Oliveira e Francisco de Assis da Rosa e Silva, ou os governadores Dantas Barreto, Manuel Borba, Herculano Bandeira de Melo, Estácio Coimbra, José Bezerra, Agamenon Magalhães, para citar apenas alguns, estão a espera de quem escreva suas biografias nas quais se possa conhecer a personalidade

marcante que os caracterizava e a influência que tiveram entre os seus contemporâneos. Quanto aos acontecimentos, como tais, tem havido uma grande preocupação com os fatos heróicos como a Conquista e ocupação da terra, procedida pelo Donatário Duarte Coelho Pereira, como a Guerra Holandesa e as figuras brilhantes de Maurício de Nassau, de Matias de Albuquerque, de João Fernandes Vieira e outros, com a Guerra dos Mascates, as Revoluções Republicanas de 1817 e de 1824 ou com a Revolução Praieira, mas ficaram por muitos anos esquecidos, acontecimentos de suma importância como a deposição do Xumbergas, as revoluções do período regencial — Setembrizada, Novembrada, Abrilada e Guerra dos Cabanos, esta só recentemente estudada (1), as campanhas abolicionista e republicana, a revolta do Quebra Quilos e problemas econômicos como o das relações entre o trabalho livre e o trabalho escravo no século XIX, a implantação da indústria têxtil, a reformulação da indústria açucareira, com a passagem dos engenhos banguês para os engenhos centrais e as usinas (2), o impacto do crescimento urbano do Recife sobre a região, etc. Estudos desse tipo que poderíamos chamar de macro-históricos, poderiam e deveriam ser complementados por estudos micro-históricos que abordam a vida de pequenas unidades de produção — engenhos, sítios e fazendas — pequenas povoações, vilas e cidades — Cabrobó, Cimbres, Flores e Triunfo são pequenas comunidades, entre outras, que têm um passado histórico e merecem estudo e reflexão — e dos homens que não tendo se dedicado precipuamente à vida pública, deram uma grande contribuição ao desenvolvimento da economia estadual ou das micro-regiões em que o Estado é hoje dividido, plantando cana, algodão ou roça, fabricando açúcar, aguardente, alcool ou farinha de mandioca e criando animais. Sem a sua atividade cotidiana, monótona e estenuante não teria havido estrutura necessária à atuação dos que brilharam e dominaram na política pernambucana.

Guiado por essas considerações é que resolvemos estudar a trajetória do engenho Jundiá, banguê localizado no vale do Sirijí na micro-região da Mata Seca, na porção Norte do Estado, portanto, próximo à divisa da Paraíba. E o fizemos porque, sendo um engenho que se encontra faz quase um século — desde 1879 — em mãos de nossa família, tivemos fácil acesso a escrituras e documentos a ele referentes desde 1805 até os nossos dias. De posse desses documentos pudemos examinar como evoluiu a unidade de produção estudada, desde uma simples propriedade em ocupação, com a instalação inicial

---

(1). — Andrade (Manuel Correia de), *A Guerra dos Cabanos*. Edições Conquista. Rio de Janeiro, 1965.

(2). — Andrade (Manuel Correia de), *A Terra e o Homem no Nordeste*, 3ª edição, págs. 96 a 131. Editora Brasiliense S. A. São Paulo, 1974.

de casa de farinha e de olaria, indispensáveis às instalações habitacionais e industriais posteriores, o engenho banguê movido a tração animal, a engenho a vapor e, finalmente, nos meados do século XX, como encerrou as suas atividades industriais, passando à categoria de engenho de fogo morto, tornando-se um tributário da Usina Cruanjí onde são moidas as suas canas. Vemos também como o processo de sucessão hereditária provoca períodos de expansão e de depressão nos engenhos, face ao fato de que, dividido em cada geração entre os vários herdeiros de um proprietário, perde por vezes partes de suas terras onde surgem pequenas propriedades ou outros engenhos, ou passa por fases de reorganização, quando um herdeiro ou um comprador estranho passa a adquirir as várias partes em que foi dividido, procurando restaurar a unidade. Este processo que estudamos em Jundiá e que ocorreu também com engenhos vizinhos tem, ao nosso ver, uma grande importância para os estudos de história da propriedade territorial, quando se procura analisar o impacto das instituições jurídicas sobre a evolução econômico-social. Seria interessante um estudo comparativo do impacto da sucessão hereditária sobre o regime fundiário e sobre o sistema de exploração da terra em diversas áreas do território brasileiro ocupadas por outras culturas diferentes. Para aqueles que se preocupam com estudos genealógicos, é através dos nomes dos proprietários que se pode encontrar indicações de linhagens ou da evolução de determinados grupos familiares. Não negamos que profundamente ligados ao engenho Jundiá por razões de ordem sentimental, em face de pertencer o mesmo a nossa família faz quase um século e de lá haveremos nascido, fomos também levados a estudá-lo, um pouco para matar saudades e para perpetuar a memória daqueles que lá viveram e trabalharam durante dezenas de anos.

## II

### O POVOAMENTO DA MICRO-REGIÃO DA MATA SECA.

Ao estudarmos a história de Pernambuco observamos que o povoamento, iniciado em Igarassú e Olinda, ao ser instalada por Duarte Coelho a Nova Lusitânia, dirigiu-se para o Sul da Capitania. Este fato não é de estranhar, de vez que, estendendo-se a mesma da foz do rio Santa Cruz (canal Sul da ilha de Itamaracá) até a foz do rio São Francisco, ficava Igarassú no extremo Norte do seu território e não iria o donatário da Nova Lusitânia preocupar-se com o povoamento de Itamaracá, doada a Pero Lopes de Souza. Daí partir para a conquista da várzea do Capibaribe, seguindo-se, nos governos de seus descendentes e sucessores, a conquista sucessiva dos vales do Jaboatão-Pirapama, do Ipojuca, do Serinhaém, do Una, do Manguaba, dos

rios que desembocam e formam as lagoas de Manguaba e de Mundaú, do rio Jiquiá, do Coruripe e do próprio São Francisco onde o donatário fundou a vila de Penedo.

A Capitania de Itamaracá, apesar de dispor de excelente várzea para a cultura da cana-de-açúcar — a do Goiana —, teve um povoamento muito lento e restrito porque, estando ausente o seu donatário, não designou eficientes capitães que procedessem ao povoamento e à colonização da mesma. Daí ter sido, por muito tempo, apenas um centro de coleta do pau brasil e de ter servido para atrair contrabandistas da madeira da tinta e contraventores da lei que se viam muitas vezes perseguidos e vigiados em Pernambuco. E a Capitania não progrediria, a ponto de haver sido desmembrada em sua porção Norte, ainda no século XVI, com a fundação de uma Capitania real — a da Paraíba — em consequência da expansão pernambucana para o Norte; expansão que era ditada tanto pela necessidade de afastar a ameaça dos índios instigados e aliados dos franceses, como pela necessidade de obter áreas para a pecuária bovina, com o fim de fornecer animais de trabalho e carne ao núcleo populoso formado na região polarizada para Olinda. Posteriormente, em 1760, a própria Capitania, que tivera a sua capital durante algum tempo em Conceição, na mesma ilha e, depois, na vila de Goiana, no continente, desapareceu, sendo incorporada a de Pernambuco. Interessante é que a idéia da existência de uma capitania autônoma, que perdurara durante dois séculos, tinha se fixado de tal forma na mentalidade dos tabeliães, que em 1805, ao passar a escritura da propriedade Teitanduba e Jundiá, o tabelião se referiu à mesma como se situando nas terras da vila de Nossa Senhora do Rosário de Goiana da Capitania de Itamaracá. E esta Capitania já estava incorporada à de Pernambuco a 45 anos.

Como a faixa úmida da área do litoral pernambucano é muito estreita, à proporção que os exploradores de pau brasil penetravam para o interior iam encontrando a mata seca, caducifólia, em que as árvores perdem as folhas conjuntamente e onde aquela madeira era abundante, em substituição à mata úmida que permanece verde durante todo o ano. Daí a intensificação, no século XVII, da exploração das terras e das matas situadas nos médios cursos dos rios Capi-baribe-mirim, Cruanjí, Sirijí e Tracunhaém. Em função dessa exploração os exploradores se fixaram e iniciaram a formação de roçados, utilizando as técnicas indígenas na fabricação da farinha. No século XVII, com as lutas contra os holandeses e a intensificação do tráfego com a Paraíba e o Rio Grande, teve a área um maior desenvolvimento. Assim, já na segunda metade do século XVII — de 1680

a 1690 —, eram distribuídas sesmarias pelo Governo de Pernambuco, ratificadas depois pelo de Itamaracá no vale do Sirijí (3) e o povoamento, partido de Olinda, atingiria as margens do rio Tra-cunhaém em 1690, quando a povoação do mesmo nome foi elevada à categoria de freguesia (4). No próprio vale do Sirijí a mais antiga freguesia foi a localizada em Laranjeiras em 1821, tendo como centro a igreja sob a invocação de São Joaquim, construída pelo seu proprietário Joaquim Belem, e em seguida a de Nossa Senhora do Ó, atual Tupaoca, elevada à categoria de freguesia, em 1828.

A demanda do algodão nos fins do século XVIII devido à Revolução Industrial, e a vocação da micro-região, de clima menos úmido que a mata úmida do Sul da Capitania, provocaram o crescimento econômico e populacional da mesma, dando origem ao desmembramento das velhas sesmarias em engenhos e propriedades. Assim, da sesmaria situada no lugar chamado Vicência e que se estendia pela margem do rio Sirijí com meia légua de comprimento em cada margem, surgiriam vários engenhos e propriedades como o Vicência, o Jundiá, o Teitanduba, o Pirocas, o Guarda-Varas — depois chamado de Boa Vista —, etc. E esses engenhos, por sua vez, sofreram ainda desmembramentos sucessivos devido à venda de partes ou em consequência da sucessão hereditária ou foram reagrupados nas ocasiões de maior folga econômica ou quando caíam em mãos de pessoas influentes ou dotadas de tino administrativo.

Os engenhos do vale do Sirijí e dos vales vizinhos recebiam nomes que caracterizavam bem a origem dos mesmos; alguns nomes estão ligados à influência indígena como Cangaú, Jundiá, Teitanduba, Sambaquim, Pirocas, Tabatinga, Tabocas, etc., outros lembram plantas certamente abundantes na época da ocupação ou cultivadas pelos primeiros habitantes como Linda Flor, Brauna, Laranjeiras, Jucá, Imbú, Cana Fístula, Macambira, Canabrava e Canavieira. Existem alguns ligados a nomes de bichos como Patos, Pirlampo — inicialmente chamado de Cagafogo —, outros lembram distrações, estado de espírito como Folgado, Regalia, Sossego, Prazeres, Boa Esperança, Saudade, Independência, Descanço, Liberdade, outros indicam litígios como Pendência, Violento, etc. A grade preocupação com o problema da água em uma região que, embora de clima úmido, apresentava, nos anos de menor pluviosidade, problemas para a alimentação do gado e para a produção agrícola, inspirou também nomes de engenhos co-

---

(3). — LIVRO DAS SESMARIAS. Vol. III. Mss. da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco. Em impressão.

(4). — Costa (F. A. Pereira da), *Anaes Pernambucanos*. Vol. V, pág. 25. Arquivo Público Estadual. Recife, 1953.

mo Poço Comprido, Água Branca, Água Nova, Várzea de Brejo, Vertente Grande, Vertente e Baixa Verde, ao lado de propriedades e engenhos em que se procura indicar a boa localização como Belo Monte, Bela Vista, Monte Belo — onde Frei Caneca e seus companheiros pernottaram quando, derrotados no Recife, viajavam para o Ceará tentando resistir às forças imperiais e salvarem a Confederação do Equador —, Chã do Bom Viver, Aurora. Há nomes que sugerem complexos de superioridade e nostalgia ou desejo de obter graus de nobreza do proprietário que deu o nome de Condado ao seu engenho. Na realidade, muitos desses engenhos, pelo poder que tiveram os seus senhores em certos períodos, funcionaram como verdadeiros condados matutos. Nomes existem que se destacam por terem ligações com a topografia como Chã de Fora — popularmente a palavra chã indica uma área plana que serve de interflúvio entre as bacias de dois rios e onde dominam solos silicosos, arenosos, pouco propícios à cultura da cana, mas muito bons para a cultura de tubérculos como a macacheira, a mandioca, o inhame a batata doce e utilizados também para a cultura de fruteiras —, temos ainda o Oiteiro Alto, Prainha, Chã dos Mandados, Chã dos Bodes, Chã de Vicência e Chã do Pereira. Alguns nomes são poéticos, colocados talvez para relembrar algumas passagens da vida de seus proprietários, algum acontecimento, como o Mulatas, o Viração, Tambor, Boa Esperança, ou indicadores das boas terras que possuem como Fertilidade. O estudo da toponímia seria bem interessante, bem indicador das influências que o vale sofreu nos seus primeiros anos de ocupação.

### III

#### DOIS SÉCULOS DE HISTÓRIA DO JUNDIÁ.

As primeiras informações que temos de Jundiá, engenho situado às margens do riacho Teitanduba, afluente do Sirijí, que forma um pequeno vale encravado entre os interflúvios deste rio e a serra do Mascarenhas, remontam à segunda metade do século XVIII, quando ele era apenas uma propriedade desmembrada da antiga sesmaria do lugar Vicência, formada por terras que foram depois desmembradas em, pelo menos, quatro engenhos, o próprio Jundiá, Teitanduba, Pirocas e Guarda-Varas, hoje chamado de Bela Vista. Em escrituras do início do século XIX, sabemos que primitivamente a propriedade, então chamada Teitanduba e Jundiá — Teitanduba originário do nome do rio que a corta e Jundiá do pico da serra do Mascarenhas que se alteia na propriedade — pertenceu ao patrimônio do padre Ventura Dias de Sá e por ele foi vendido ao padre Pedro de Almeida Azevedo Coitinho. Deste padre a propriedade passaria por herança a um

sobrinho, Álvaro de Lima Almeida, que em 1805 a venderia a Francisco Xavier da Silva Coitinho, morador no engenho Canaveira que se limitava ao Leste com a propriedade citada. Apesar da propriedade se localizar no termo da vila de Goiana, a escritura foi passada no lugar Tracunhaém, donde se deduz que as comunicações no sentido Norte-Sul já tinham alguma importância, competindo talvez com as de Oeste-Leste canalizadas para o porto de Goiana. O Recife já disputava a Goiana o *hinterland* que lhe pertencia, expandindo para o Norte a sua área de influência.

O comprador, Francisco Xavier da Silva Coitinho logo vendeu a propriedade, que não dispo de grandes benfeitorias e sendo em grande parte coberta de matas não devia ser muito rendosa, ao seu cunhado, José Francisco Ribeiro da Cunha que, com sua mulher, D. Maria José dos Prazeres, a venderam em 1817 a seu irmão Antônio Bernardo de Moura.

Ao apossar-se da propriedade, encontrou o Capitão de Milícias Antônio Bernardo de Moura um começo de exploração, de vez que já havia na mesma uma senzala, donde se conclui que era intenso o uso de escravos porque uma senzala indica um conjunto de habitações para escravos e não apenas umas poucas casas, uma casa de farinha destinada certamente a beneficiar não só a mandioca do proprietário como também a dos moradores, havendo um costume na região que sobrevive até os nossos dias, do proprietário da terra e da casa de farinha receber dos moradores que beneficiam a mandioca, um tributo chamado *conga*, certamente corruela da palavra *côngrua*. Encontrou ainda outras benfeitorias como balcões, seis mil telhas, uma olaria de fazer louça, um forno e um partido de cana. Pelo conhecimento que temos da história regional, acreditamos que os proprietários, ao prepararem a montagem do engenho, primeiro procuravam instalar a casa de farinha, indispensável à preparação do alimento dos habitantes, incluindo escravos, e a olaria onde eram fabricados tijolos e telhas para a construção da casa de morada e da casa de moenda, do encaixamento, da destilação, da casa de purgar, etc.

Em torno ao Jundiá encontravam-se, então, propriedades que, como ele, não eram engenhos de açúcar, de vez que ao enumerar as divisas indicava a escritura que ela se limitava ao Norte com terras de Serafim Velho de Melo, ao Sul com terras de Pedro Leite Rangel e ao Oeste com terras de Lourenço Velho de Melo, só se limitando com um engenho, o Canaveira ao Leste. No ano seguinte ele comprava ao antigo proprietário, morador no engenho Sirijí, mais um lote de terras, anexando-as a Teitanduba e Jundiá.

Em 1825, José Francisco Ribeiro da Cunha adquiriu terras de Manoel Leite Rangel e sua mulher Rita da Silva e Melo, um lote com 300 braças de testada no rio Sirijí e uma légua de fundo, no lugar denominado Vicência, estendendo-se para o Jundiá e tendo como limite a estrada que liga Canavieira a Vertente. Está claro que essas terras se localizavam sobretudo na chã dos Mandados ou de Vicência, onde o engenho Jundiá se expandiu, incorporando pequenas propriedades na primeira metade do século XX. Em 1833, novamente Manoel Leite Rangel vendia a José Francisco Ribeiro da Cunha mais uma porção de sua propriedade com 182 braças de testada no rumo de cima e 600 de fundo, ficando apenas com 39 braças de testada. Vê-se, assim, que o Capitão-Mor Manoel Leite Rangel, atravessando difícil situação econômica, foi desmembrando a sua propriedade e vendendo-a por parcelas a José Francisco Ribeiro da Cunha que ia ampliando a sua propriedade. Fatos como este estão sempre ocorrendo aí como em outras áreas, com outras propriedades. Continuando a ampliar suas terras, três meses após a compra anterior, comprava José Francisco Ribeiro da Cunha mais 34 braças de testada por 600 de fundo a Felipe José Leite e sua mulher Maria do Carmo, em negócio feito em casa do Capitão-Mor Miguel Leite Ferreira. Esta porção que fora desmembrada da primitiva sesmaria havia pertencido a Luís Leite Pereira, tendo passado, por sucessão hereditária, a Luís Veríssimo de Moura e sua mulher D. Ana Bezerra Cavalcanti que a haviam vendido a Felipe José Leite. Em dezembro do mesmo ano, o mesmo José Francisco Ribeiro da Cunha aumentava mais os seus domínios comprando 197 braças de testada e 600 de fundo ao norte do engenho Jundiá, ao mesmo Capitão-Mor Manoel Leite Rangel e sua mulher D. Ana Rita de Sá e Melo e aos Alferes Severino Velho de Melo e sua mulher Rita Maria do Nascimento e José Pereira e sua mulher Ana Maria de Jesus. O latifúndio de Ribeiro da Cunha crescia em detrimento de propriedades dos Leite Rangel, dos Velho de Melo e dos Pereira, moradores e proprietários tradicionais na área. Observa-se também que já nessa época a propriedade se tornara um engenho movido a tração animal, tendo a moenda os cilindros no sentido vertical como era corrente na época. Mas, se comprou muitas terras, não pôde José Francisco Ribeiro da Cunha unificar em seu patrimônio o Jundiá porque o Capitão Antônio Bernardo de Moura que comprara parte da propriedade em 1817, unificou-a posteriormente e, ao falecer, deixou-a em herança para o Tenente Coronel José Francisco Lopes Lima e o Coronel Ignácio Xavier Carneiro da Cunha.

Infelizmente não conseguimos apurar em que data o Capitão Antônio Bernardo de Moura conseguiu unificar a propriedade nem em que data, falecendo, deixou 85% da mesma para o Tenente Coro-



nel José Francisco Lopes Lima, marido de sua filha Antônia Guilhermina de Moura e 15% para o Coronel Ignácio Xavier Carneiro da Cunha. O primeiro co-proprietário apossou-se do engenho que, segundo informa a escritura de venda, se encontrava em péssimo estado, levando-o a reforma-lo a fim de que produzisse de acordo com a disponibilidade de terras e, conseqüentemente, da matéria prima que possuía, fez reparos nas construções existentes, construiu “paredões, porteiras e bicas”, reparou as peças de cobre, adquiriu formas de açúcar, colocou na casa de purgar táboas com furos para escorrimento do mel, ladrilhou e construiu calçadas na casa de purgar, rebocando as paredes da mesma de cal. Construiu um tanque de mel em toda a extensão da casa de purgar e fez deitar, isto é, colocar na horizontal os cilindros da moenda, o que representava uma modernização na tecnologia da moagem, do esmagamento da cana. Muito diligente e, certamente, pegando uma boa fase de preços para o açúcar, ponde o dinâmico proprietário melhorar a casa grande ou casa de vivenda como chamava, construída de taipa e ampliar as instalações industriais com a construção de um quarto anexo à casa de purgar destinado ao encaixamento do açúcar e fazer uma ligação da mesma com a estribaria e destilação. Procurando obter canas de terceiros, colocou lavradores na “gruta do Timbó”, córrego que desce da serra do Mascarenhas para o Teitanduba e no lugar chamado Retiro. Ainda assim o engenho estava com alguns problemas como o mau estado em que se encontravam as três tachas de ferro necessárias ao cozimento do caldo de cana durante a moagem. Mas o Tenente Coronel Lopes Lima tinha também fome de terras, pois apesar de todos esses investimentos ainda comprou um lote com trinta braças de testada por 600 de fundo a João Leite Rangel e sua mulher Maria Barbosa e ao Capitão Miguel Leite Pereira e sua mulher Maria de Sant’Ana. A grande participação de José Francisco Lopes Lima na propriedade se explica porque ele comprara de outros herdeiros de Antônio Ribeiro de Moura — João Antônio de Moura e José Antônio Pereira de Queiroz — as partes que os mesmos haviam herdado de seu sogro.

Antônio Dourado Cavalcanti de Azevedo novamente unificaria o engenho, adquirindo a maior porção do mesmo ao Tenente Coronel José Francisco Lopes Lima em 1842 e os 15% restantes ao Coronel Ignácio Xavier Carneiro da Cunha e a sua mulher D. Leonor de Queiroz Carneiro da Cunha. Por sua morte a propriedade passaria, em parte, para o Major Francisco Bernardo de Vasconcelos e sua mulher Maria José dos Prazeres que a venderiam em 1870 ao Tenente Antônio Ribeiro de Moura. A escritura foi passada em Teitanduba, já então também um engenho, separado de Jundiá, e que iria se conservar na propriedade da família Moura através dos descendentes de An-

tônio Ribeiro de Moura até 1934. Um dos co-proprietários do Jundiá, porém, o Dr. João Diaz Coutinho de Araujo Pereira, era devedor de Antônio Ribeiro de Moura, tendo a sua parte no referido engenho hipotecada; não havendo podido paga-la foi executado. Para ampliar a sua propriedade Antônio Ribeiro de Moura ainda obteve por troca por uma propriedade de nome Luango que possuía na Paraíba, as partes do referido engenho pertencentes a Minervindo de Barros Lobo e sua mulher Antônia Francisca Queiroz de Araujo Pereira, certamente irmã do executado, em 1872.

O engenho estava em mau estado de conservação e o Tenente Antônio Ribeiro de Moura, tendo gasto muito dinheiro na aquisição da propriedade, não teve condições de conserva-la, vendendo-a sete anos depois ao Tenente Coronel Manoel Correia de Oliveira Andrade. Este veio com intenções de ficar e morreu proprietário do Jundiá, conservando-se o engenho até hoje na propriedade dos seus descendentes. Manoel Correia de Oliveira Andrade nascera no engenho Lapa em Também, filho de Joaquim Correia de Oliveira Andrade do engenho Uruaé de Goiana. Após vários anos de reendeiro de Lapa, Joaquim Correia, com o auxílio do irmão mais velho, José Correia de Pedregulho, comprou e se instalou em Canabrava, engenho situado na margem do rio Cruanjí, criando aí uma família legítima numerosa e uma grande quantidade de filhos naturais. Tio do futuro Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira que seria Presidente do Conselho de Ministros do Império na época da Lei Áurea, recusou os conselhos do mesmo para que educasse os filhos, enviando-os a fazer os preparatórios e o curso de Direito em Olinda. Ao morrer, deixou o engenho, uma razoável escravaria e algum dinheiro para os filhos que, sem outra profissão, trataram de cultivar a cana de açúcar nas partes que lhes haviam cabido. Manoel Correia instalou-se no sítio Boa Idéia ao Oeste da sede de Canabrava e aí viveu até os 37 anos, quando pôde atravessar a serra do Mascarenhas e comprar em 1879, a parte principal do Jundiá ao Tenente Antônio Ribeiro de Moura. Dois anos depois compraria a parte do Coronel Guerra, unificando a propriedade e a ela dedicando toda a vida. Procurou melhorar as instalações do engenho e da destilação, substituindo a almanjarra por um engenho a vapor em 1895, quando construiu nova estribaria e uma casa de venda com frente de azulejo em Vicência, povoação que começava a se desenvolver na margem do rio Sirijí no lugar em que D. Vicência Barbosa de Melo tinha uma hospedaria, uma pousada, procurada pelos tropeiros que transportavam as mercadorias do alto e médio Sirijí para o porto de Goiana. A povoação crescera, sobretudo após 1879, quando Frei Caetano de Messina construiu uma igreja sob a invocação da Senhora Sant'Ana. O florescimento do seu comércio levou o

Governo do Estado a eleva-la à categoria de sede de município em 1891, tendo porem voltado a pertencer ao município de Nazaré logo após, para recuperar novamente a sua autonomia em 1928 (5).

Transferindo sua moradia para a povoação onde poderia melhor cumprir seus deveres religiosos e sociais, tratou de derrubar a velha casa de taipa do engenho e construir um *chalet*, estilo de casa muito em voga na época, concluindo-a em 1900. Voltou depois a residir no engenho, passando a usar a casa da povoação apenas nos períodos de festa.

Como dispuzesse de muitas terras e a capacidade de esmagamento de canas do engenho fosse inferior a de produção fez várias experiências agrícolas. Na verdade, a demanda de açúcar mascavo era pequena, de vez que o Agreste e o Sertão produziam rapadura em quantidade suficiente para o consumo da área e no Sul do Estado já se desenvolvia o surto usineiro com a instalação de numerosos engenhos centrais e usinas (6). Voltou-se o dedicado proprietário para outras atividades como a cultura do arroz na várzea sempre úmida do Teitanduba e para a cultura do café na encosta da serra do Mascarenhas. A diversificação da produção agrícola, a venda de madeiras, pois o engenho possuía muitas matas, e a criação de animais davam para manter um razoável padrão de vida. Preocupado com a política, pois como primo-irmão do Conselheiro João Alfredo, era periodicamente mobilizado pelo Segundo Barão de Goiana para arregimentar eleitores, pertenceu ao partido Conservador que era chefiado na povoação pelo proprietário dos engenhos Vertente e Canavieira, o Coronel Manoel Estelita de Oliveira. Não se descuidou, porem, dos seus bens e conseguiu lavrar em escritura pública, de acordo com os seus vizinhos, as divisas do mesmo. Senhor de poucos escravos, utilizava largamente a mão-de-obra livre, como ocorria em quase todo o Estado na segunda metade do século XIX (7), aceitou e até simpatizou com a abolição. Convem salientar, porem, que para ele a abolição foi quase um caso de família, de vez que foi decretada por um Gabinete chefiado por um primo legítimo — o Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira — em uma ocasião em que era Presidente da Província outro primo legítimo, o Desembargador José Joaquim de Oliveira Andrade, conhecido como Doutor Chapadinha, devido a sua ação como perseguidor de ladrões de cavalos na cidade de Chapadinha

---

(5). — Andrade (Manuel Correia de), *O Vale do Sirijí*. Separata da Revista do Museu do Açúcar. Ano IV, Vol. 1. Ano 6. Pág. 93. Recife, 1971.

(6). — Andrade (Manuel Correia de), *A Terra e o Homem no Nordeste*, pág. 109-131. (3ª edição).

(7). — MILLET (Henrique Augusto), *O Quebra Quilos e a Crise da Lavoura*, pág. 35. Typografia do Jornal do Recife. Recife, 1878.

no Maranhão onde fora juiz. Este, muito otimista e demonstrando pouca visão política, acreditava que o Partido Conservador tinha sólida posição no poder em 1888 e que a República seria um sonho para os seus netos, algumas semanas antes da queda daquele partido e alguns meses antes da Proclamação da República.

A maior preocupação de Manoel Correia era formar o seu único filho, Joaquim Correia Xavier de Andrade que no início foi entregue aos cuidados de um tio materno, o Professor de latim e humanidades, Manoel Xavier de Andrade Vasconcelos, formando-se em Direito na turma de 1906.

A administração de Manoel Correia de Oliveira Andrade no Jundiá foi das mais profícuas; construiu a nova casa grande ou vivenda como se chamava então, mas, seguro nos negócios, antes da construção das duas casas, modernizou a fábrica de açúcar, substituindo a velha moenda movida a tração animal por uma outra movida a vapor. Os primeiros engenhos a vapor foram instalados na então Província de Pernambuco, no início do século XIX, em 1819, mas a divulgação da nova técnica se deu muito lentamente, a ponto de em 1854 haverem apenas 5 engenhos a vapor contra 101 a água e 426 a tração animal e em 1914 os engenhos a vapor, em número de 785, representavam apenas cerca de 30,0% do total de engenhos existentes no Estado. No vale do Sirijí, Jundiá seria um dos primeiros a passar de uma fase a outra. Dirigindo uma grande propriedade numa época em que os preços do açúcar não permaneciam estáveis, estando sujeitos a grandes oscilações decorrentes do mercado internacional, Manoel Correia procurou inovar, procurou produzir em sua propriedade, além da cana, outros produtos como o arroz que facilmente se adaptava às várzeas úmidas do Teitanduba, a banana, a mandioca, a macaxeira, o inhame, o fruta-pão e fruteiras. Ainda hoje o pequeno pomar existente ao lado da casa-grande com sapotizeiros, mangueiras e goiabeiras testemunha o esforço de sua esposa, Joana Xavier de Andrade Vasconcelos, nascida no engenho Sociedade em Timbauba, de dotar o engenho de frutas variadas. Outra experiência a que se dedicou o velho Manoel Correia foi ao cultivo do café sombreado na encosta da serra do Mascarenhas e nos córregos fundos que desenhavam as vertentes do pico do Jundiá. E os cafezais, embora cultivados em terreno inclinado, produziram por mais de setenta anos, constituindo-se o segundo produto como fornecedor de rendas à propriedade durante toda a primeira metade do século XX. Possuindo o engenho mais de 400 ha. de mata, a exploração dessa era feita apenas para atender às necessidades do proprietário ou da propriedade e de amigos que não dispunham de mata. Situando-se a mesma em área muito acidentada, tornava-se difícil a sua exploração, tendo sido preservada até quase os nossos dias.

Sua administração se estenderia até 1916 quando, atacado por diabete e catarata, passou a direção da propriedade ao seu filho. Este, apesar de formado em Direito, sempre pensara em voltar ao engenho que receberia integralmente como único herdeiro. Antes mesmo de concluir o seu curso, adquiriu e instalou no engenho em 1905, um terno de zebús da raça Nelore oriundos de Uberaba. A criação de gado zebú seria a sua grande preocupação durante toda a vida, ao lado do cultivo da cana-de-açúcar, considerada por ele como mais rentável. Após exercer a sua profissão no Recife por mais de cinco anos, ocupando interinamente o cargo de Curador das Massas Falidas, no período governamental do Dr. Herculano Bandeira de Mello, voltou ao engenho em 1911, com disposição de ficar, ao perder o referido cargo em face da revolução que colocou o General Dantas Barreto no poder. Daí em diante se dedicou à sua propriedade e à política regional. Trabalhou ao lado do pai durante cinco anos, passando a exercer a administração total do engenho em 1916, quando o mesmo retirou-se para a casa de Vicência, tornando-se co-proprietário do engenho com sua mãe após o falecimento do seu pai em 1922.

Pela primeira vez uma sucessão hereditária não desmembraria o Jundiá, dando ao novo proprietário, que 15 anos depois receberia de sua mãe, por doação, a meia parte a ela pertencente, condições de manter a integridade da propriedade, de não ter que lutar pela reunificação, como ocorrera das outras vezes.

Casado em 1918 com Zulmira da Costa Azevedo, filha do Coronel João Antônio da Costa Azevedo do engenho Monte Claro em Aliança, constituiria família numerosa que ele procurou educar nos melhores colégios do Recife. Com a educação dos nove filhos e com despesas em política consumiu sua existência, embora não tivesse deixado de se preocupar com a ampliação de suas propriedades. Estando Jundiá limitado ao Norte com antigos engenhos que se desmembraram — Pirocas e Bela Vista — e ao Sul com a chã dos Mandados, também dividida em pequenas propriedades, procurou Joaquim Correia adquirir terras, comprando partes das propriedades acima especificadas, em 1911, a Pedro Bandeira de Moraes e sua mulher Joaquina Maria de Melo, em 1914 a Joaquim Ivo do Nascimento e sua mulher Ursulina Maria da Conceição, em 1920 a José Luís Machado e sua mulher Francisca Maria de Jesus, em 1931 a Ana Marcelina do Nascimento com o consentimento do marido ausente Manuel Francisco da Silva, em 1931 a Ana Ursulina da Conceição, herdeira de Joaquim Ivo do Nascimento e em 1934 o engenho Teitanduba que manteve separado de Jundiá, embora com administração unificada a Oscar Moura, descendente do Tenente Antônio Ribeiro de Moura, que 1879

vendera Jundiá ao seu pai. A conservação das propriedades e a manutenção dos engenhos em atividade foi uma de suas grandes preocupações durante toda a vida. Resistiu o quanto pôde, fabricando açúcar mascavo e aguardente, a transformar os seus engenhos em propriedades fornecedoras de cana às usinas próximas, apesar de pertencerem as mesmas a amigos e parentes ou contra-parentes seus. Só na sexta década deste século, quando tornou-se impossível, por ser anti-econômico a fabricação do açúcar mascavo em banguês, encerrou suas atividades industriais, tornando-se fornecedor da Usina Cruanjí cujo proprietário, Dr. Júlio Queiroz, era seu amigo e contemporâneo.

As atividades do engenho, porem, não o desviaram da preocupação com a pecuária e continuou a importar gado zebú, inicialmente Nelore e depois Gyr e Indo-Brasil, do Triângulo Mineiro onde esteve visitando as principais fazendas da área em 1916. Ao regressar de Minas adquiriu em Limoeiro, para dedicar à criação, a fazenda Cumbe que anos depois, em 1924, vendeu a Herculano Bandeira de Mello Filho. O cuidado com o gado, sobretudo em suas condições e características raciais, tornaram o seu plantel muito conhecido nos anos trinta e quarenta e a venda de reprodutores tornou-se uma das suas principais atividades. Como o engenho tinha que ser partilhado com a cana e o gado, manteve sempre um rebanho pequeno mas altamente selecionado. A exploração da floresta foi feita com cuidado e moderação para não destruir um dos seus grandes orgulhos, mas nos difíceis anos entre as duas guerras mundiais — 1919-1939 — foi a venda de madeiras de lei que muitas vezes manteve economicamente a família.

A política foi uma de suas grandes preocupações, apoiando o grupo político do Dr. Herculano Bandeira de Mello e depois aos seus filhos, sob a orientação do Conselheiro Francisco de Assis da Rosa e Silva, Conselheiro que se fizera politicamente à sombra de João Alfredo e que, após a proclamação da República, quando o líder de Goiana afastou-se das atividades políticas, passou a dirigir o antigo Partido Conservador no Estado. Quando foi criado o município de Vicência em 1928 pelo Governador Estácio Coimbra, foi o Dr. Joaquim Correia eleito Conselheiro Municipal e Presidente da Câmara, cargo que exerceu até a Revolução de 1930.

Com a Revolução de 30 a chefia política do município passou a ser exercida pelo Dr. Benjamim da Costa Azevedo, como ele bacharel em Direito e proprietário da Usina Barra, instalada em 1912. O contra-parentesco existente — o Dr. Bejamim era primo legítimo dos sogros de Dr. Joaquim Correia — não impediu que houvesse um longo período de acirrada luta política, fase em que o Senhor de Jundiá manteve, com alguns amigos, um pequeno jornal em Vicência

— *O Ideal* — que usando linguagem violenta, atacava não só a administração municipal como o próprio Governo do Estado. Em 1934, nas eleições municipais, o candidato por ele apoiado — Geminiano da Cunha Pedrosa — senhor do engenho Belmonte, venceria o candidato situacionista — José Cândido de Oliveira, senhor dos engenhos Sossego e Vertente Grande. Eleito novamente vereador, o Dr. Joaquim Correia exerceria mais uma vez a Presidência da Câmara Municipal. Em 1937, porém, com a campanha para a eleição do Presidente que deveria substituir Getúlio Vargas, Joaquim Correia, fiel ao perrepsismo, apoiou ao Governador de São Paulo, Dr. Armando Sales de Oliveira, enquanto o seu amigo Geminiano Pedrosa e a maioria dos seus correligionários, empolgados com possibilidade de ter a República um Presidente nordestino, apoiaram o Dr. José Américo de Almeida. Não chegou a haver um rompimento, entre outros motivos porque a 10 de novembro Getúlio deu o Golpe de Estado, instaurou o Estado Novo e suspendeu a campanha sucessória. Desde então Geminiano Pedrosa permaneceu na Prefeitura de Vicência, mantido pelo Interventor Agamenon Magalhães e manteve a liderança política do município mesmo após a redemocratização em 1946.

O proprietário do Jundiá abandonou completamente a atividade política — em 1945 foi vice-Presidente do Diretório Municipal da UDN apenas para atender o pedido do Deputado Pio Guerra, seu amigo pessoal, e de amigos do município — e dedicou-se à agricultura e à pecuária. Ao compreender que o banguê já estava superado e que o mercado de açúcar mascavo praticamente desaparecera, parou de fabricar açúcar e passou a fornecer suas canas à Usina Cruanjí; utilizando novas variedades de cana como a POJ e a CO-331, ampliou a área cultivada em face do crescimento da demanda de matéria prima por parte da usina, passando a obter safras superiores a 10 mil toneladas de cana em suas propriedades. Desde então diminuiu suas atividades como pecuarista e como explorador de madeiras. Em 1957, compreendendo que não tinha mais condições de dirigir os engenhos em face da idade e da situação de saúde, arrendou os engenhos ao filho que com ele trabalhava, passando a viver de rendas. Em 13 de junho de 1963, faleceu. Os herdeiros mais uma vez evitaram o desmembramento do Jundiá, fazendo com que o engenho com as propriedades a ele anexadas passassem a pertencer à viuva, Zulmira Azevedo Correia de Andrade, enquanto os filhos partilhariam de outros bens deixados pelo morto — o engenho Teitanduba, partes da propriedade Pirocas e uma casa no Recife.

Nos sete anos que a propriedade ficou com D. Zulmira Azevedo Correia de Andrade, continuou arrendada e passou a desenvolver em

larga escala a pecuária zebuina, além de intensificar a exploração de suas matas.

Em 1970, com o falecimento da proprietária, Jundiá foi mais uma vez dividido em nove partes ideais destinadas a cada um dos filhos, sendo uma das nove por sua vez subdividida em oito partes por motivo do falecimento de um dos filhos. Como vários herdeiros estavam dedicados a outras profissões, não se interessando diretamente pela exploração do engenho, passaram a vender suas partes aos interessados e a reunificação pode se considerar em processamento.

#### IV

### CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DO JUNDIÁ.

O estudo da história de um engenho em um período de duzentos anos nos leva a uma série de considerações, ao nosso ver de interesse mais geral e que podem ser comparadas e aplicadas a outras áreas.

Assim, observamos:

1. — A primeira impressão nos leva a crer que a sucessão hereditária conduz fatalmente a uma divisão da propriedade em cada geração e, conseqüentemente, a substituição da grande propriedade por propriedades cada vez menores. Na história do Jundiá observa-se que esta tendência é contrariada pelo fato de um dos herdeiros procurar e conseguir reunificar as várias partes e manter a unidade do engenho. Antes, nas antigas sesmarias, quando as terras eram demasiadas, havia divisões sucessivas, dando origem a vários engenhos, mas quando chegava ao tamanho mínimo necessário à exploração de um banguê, ele tinha condições, sobretudo nos anos de melhores preços do produto, de se reagregar. Quando a propriedade não consegue se unir como aconteceu no vale do Sirijí com vários engenhos peor localizados como o Pirocas e Bela Vista ou de solos mais pobres como Buraré e Monte Belo, ela se transforma em pequenas propriedades que vão sofrendo um processo gradativo de desmembramento e passam a substituir a cultura da cana pela da mandioca, do algodão, de cereais ou de fruteiras. Com o advento das usinas elas podem voltar a ser produtoras de cana.

2. — Em uma área em que a atividade dominante era a cultura da cana-de-açúcar e onde as cidades eram meros centros de comercialização de produtos agrícolas e de abastecimento do meio rural, era natural que os proprietários de terras, os senhores de engenho se envolvessem na política local e que dominassem a mesma. Isto se obser-



va através da participação na vida política do Império — quase todos os proprietários do Jundiá foram oficiais, inicialmente de Milícias e depois da Guarda Nacional —. Assim, se observarmos a relação dos Prefeitos de Vicência, veremos um domínio dos proprietários de terra sobre os comerciantes e os profissionais liberais. O mesmo fato ocorre se examinarmos a profissão dos membros do conselho municipal, quer na República Velha (1889-1930), quer na República Nova (após 1930). Só mais recentemente, com o desprestígio que vem atingindo aos proprietários rurais após a transformação dos velhos banguês em propriedades fornecedoras de cana — engenhos de fogo morto — e com a ascensão da classe média urbana, é que pessoas da cidade, de várias profissões, vêm conseguindo participar mais ativamente da vida política e exercer cargos importantes do governo municipal.

3. — Observa-se ainda a evolução natural das várias propriedades da região da Mata de Pernambuco; recobertas por florestas ao serem apropriadas, após a exploração e o devassamento das mesmas, transformam-se em propriedades onde se produz mantimentos — daí a instalação de casas de farinha — e geralmente possuem uma olaria que fornecerá tijolos e telhas necessárias à construção de futuros engenhos. O plantio da cana antecede à instalação da fábrica de açúcar, sendo moida, nos primeiros anos, nos engenhos vizinhos através da meação. Os primeiros engenhos de açúcar foram movidos a tração animal e possuíam cilindro em posição vertical, sendo as inovações tecnológicas introduzidas gradativa e vagarosamente. Com o passar dos anos foi mudada a posição do cilindro da vertical para a horizontal, a almanjarra movida a bois ou éguas foi substituída pelo engenho a vapor que permaneceria até a instalação das usinas. Como propriedade fornecedora, o engenho pode passar para a usina, de vez que existem usinas que possuem vários engenhos, ou permanecer como uma unidade autônoma de produção agrícola em mãos de herdeiros, como ocorreu com o Jundiá, ou em mãos de novos compradores.

Antes de concluir chamamos a atenção para uma particularidade interessante, a de que no tempo do Império, antes do estabelecimento do casamento civil, não era frequente as mulheres usarem o nome de família do marido ou do pai, conforme se vê na relação das vendedoras de Jundiá. Parece que só após o estabelecimento do casamento civil, com a República, é que se generalizou o uso do sobrenome por parte das mulheres; o antigo costume ainda é generalizado no meio rural de Pernambuco entre aquelas pessoas de nível social mais baixo. Acreditamos que seria interessante que se fizesse um levantamento da história de outros engenhos, não só daqueles historicamente famosos pelos eventos que neles ocorreram ou pela importância dos seus proprietá-

rios como o Mercês, o Guerra, o Poço Comprido, o Massangana, etc. como, sobretudo, dos engenhos anônimos, onde viveram e plantaram cana pessoas que participaram modestamente da vida e da evolução econômica do Estado e do País. Talvez se pudesse com isto, compreender melhor a história do Estado de Pernambuco e do Nordeste.

\* \* \*

\*

MANUEL CORREIA DE ANDRADE. Nasceu no próprio Engenho de Jundiá em 1922 (Pe).

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife. Licenciado em Geografia e História pela Universidade Católica de Pernambuco.

Atualmente é professor titular, por concurso de títulos e provas, de Geografia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade Federal de Pernambuco.

Entre as suas numerosas publicações destacamos:

— *A Terra e o Homem no Nordeste.*

— *A Guerra dos Cabanos.*

— *A pecuária no Estado de Pernambuco.*

(Nota de José Ribeiro de Araujo Filho).